

# O trauma das linhas interbancárias

por Alan Friedman  
do Financial Times

Nunca mais um banqueiro internacional poderá levantar-se e dizer que "os países não entram em falência". A experiência dos anos de 1981 e 1982, em que uma combinação de recessão mundial, altas taxas de juros e impossíveis encargos da dívida forçaram crises de liquidez soberanas sem paralelo desde 1930.

Os casos do México, do Brasil, da Argentina, da Venezuela, do Chile e de outros importantes tomadores de empréstimo soberanos proporcionaram ao sistema bancário global um choque que transcendeu à crise bancária secundária do Reino Unido de uma década atrás, ou o colapso do Herstatt Bank, na Alemanha Ocidental, na mesma época.

O abalo maior não foi necessariamente a incapacidade desses países de pagarem sua dívida, mas os problemas relacionados ao sistema interbancário — o mercado de depósito de banco a banco de US\$ 1 trilhão que mantém o negócio bancário funcionando.

Apenas poucas semanas depois que o México arranjou a primeira moratória para os pagamentos do principal e só poucos dias após o país nacionalizar seus bancos, o espetro de uma importante ruptura do mercado interbancário

cresceu enormemente para os bancos comerciais e centrais.

Quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) se reuniu em Toronto, em setembro de 1982, uma série de confusões declaradas das autoridades do governo mexicano sugeriu que o país estava pronto para negociar US\$ 6 bilhões a US\$ 7 bilhões de depósitos interbancários. Mas o choque psicológico fez suas vítimas.

Econômica e Desenvolvimento (OCDE) e as autoridades do governo mexicano, durante a fatídica semana de setembro de 1982, quando o México brincava de gato e rato com seus depósitos interbancários.

No final, a confusão foi esclarecida, e o México suspendeu toda conversa de congelar as linhas interbancárias. Mas o choque psicológico fez suas vítimas.

Segundo dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS), o negócio interbancário no quarto trimestre de 1982 aumentou US\$ 20 bilhões, com baixa, em relação aos US\$ 40 bilhões do terceiro trimestre e menos de um terço de sua taxa de crescimento comparativa de US\$ 63,5 bilhões durante o último trimestre de 1981.

Há mais estatísticas que poderiam ser apresentadas para demonstrar a taxa de crescimento menor do mercado de empréstimos sindicalizados internacionais do euromercado, mas o ponto essencial é que muitos bancos, particularmente os pequenos bancos norte-americanos, regionais e continentais, correram em busca de cobertura em meses recentes.

Essa corrida significa retirar depósitos interbancários dos bancos de nações devedoras com problemas e substituir o entusiasmo de empréstimos da década

de 70 por pronunciado ar de cautela.

Essa contratação nos empréstimos pode ser a mais perigosa ao sistema bancário. Essa é a razão pela qual diretores do Bank of England e de outros bancos exortaram os bancos a não cortarem as linhas interbancárias em massa.

## SOCORRO

E esta é a razão pela qual os mesmos banqueiros centrais produziram "pacotes" de salvamento de emergência que incluíram assistência do Fundo Monetário Internacional (FMI), empréstimo-ponte do BIS, pacote de reescalonamento e de novos empréstimos dos bancos comerciais.

Inquestionavelmente, a crise da dívida mundial foi colocada sob controle e a situação estabilizou-se. Mas a maior parte dos "pacotes" de salvamento do País foi apenas parcial, o que significa que poderia ser preciso mais trabalho.

Os países devedores produtores de petróleo, como México, Venezuela e Nigéria em particular, poderiam requerer vários bilhões de dólares de suporte adicional, se é que servirão mesmo seus pagamentos de juros através de 1983/84.

Há sinais encorajadores para os países devedores, no entanto. A recuperação econômica global, liderada pelos Estados Unidos, se se provar tão generalizada e continuada como alguns economistas predizem, deve incrementar o comércio transfronteiriças, vital, para as nações devedoras obterem divisas com as quais pagarão o serviço de sua dívida.

As taxas de juros em baixa nos EUA e em outros países deve aliviar muito os devedores. Estima-se, por exemplo, que, em cada 1% de baixa nas taxas de juros em dólar, o Brasil economiza US\$ 500 milhões nos pagamentos de juros.

Mas as taxas de juros permanecem, de longe, altas demais em termos reais e podem também ser sujeitas à manipulação de governos, particularmente quando esses governos passam por eleições gerais e desejam assegurar uma explosão econômica gradativa.

## EUA

Enquanto Paul Volcker, "chairman" do banco central dos EUA — o Federal Reserve Board (Fed) —, conta com numerosos fãs na comunidade financeira, ainda há alguns banqueiros que criticam a relutância do Fed em suavizar ainda mais suas políticas e permitir uma baixa mais rápida das taxas de juros neste ano. O argumento tradicional do Fed é que taxas de juros em baixa rápida demais podem produzir surtos perigosos da recorrente inflação.

No entanto, alguns banqueiros sublinham que esse

argumento ignora a realidade dos que o percebem como o fim de um ciclo deflacionário nos Estados industrializados ocidentais.

Esses banqueiros argumentam que o êxito de muitos governos na redução da inflação tem menos a ver com a política fiscal e monetária e muito mais a ver com a recessão mundial, da qual estamos emergindo agora.

A maioria dos economistas dos bancos principais, no entanto, diz que as taxas de juros norte-americanas estarão apenas em torno de 1% mais baixas do que seus níveis atuais até o final do ano.

Outro problema para o mundo bancário é que o risco soberano não é a única grande dor de cabeça. O ano passado foi, também, o ano em que grandes entidades corporativas, como a International Harvester, a Dome Petroleum, a AEG e o Grupo Alfa, tiveram de reestruturar sua dívida. As falências corporativas atingiram proporções surpreendentes e alguns banqueiros dizem que estarão ainda mais dentro da tubulação à medida que o mundo se recupera da recessão.

Tudo isso suscita a desagradável questão de quem deve ser culpado pela má administração da dívida de países, pelo abuso do mercado interbancário e pelo enorme volume de empréstimos a países que alimentaram a crise da dívida.

Pareceria que há culpa suficiente para todos. As autoridades de bancos centrais são culpadas por alguns banqueiros, por permitirem que centenas de bilhões de dólares em empréstimos à América Latina se acumulem, sem expressar preocupação aos bancos comerciais empresariais.

Isso suscita a questão, no entanto, sobre se o FMI, com sua singular capacidade de ver a posição financeira de países devedores, não foi desleixado em deixar de indicar aos bancos centrais os sinais de perigo que deveriam ter verificado.

Os banqueiros, políticos e autoridades de ministérios da Fazenda em todo o mundo podem culpar os governos tomadores de empréstimos, como o governo do presidente Lopez Portillo, do México, que de 1976 a 1982 permitiu alegremente sua dívida do setor público subir de pouco mais de US\$ 10 bilhões a mais de US\$ 60 bilhões.

Toda a comunidade bancária parece concordar que países como o Brasil e o México abusaram do sistema interbancário, ao permitir que as filiais estrangeiras de seus bancos tomassem empréstimos a curto prazo para o que era, essencialmente, financiamento da balança de pagamentos.

Mas são os próprios ban-

cos que escaparam a muita culpa na Europa e estão, só agora, sob fogo no Congresso dos EUA. As autoridades do setor de risco de países, de bancos importantes, como o Bank of America, Chase Manhattan, Citicorp e outros, aprovaram bilhões de dólares em empréstimos a nações latino-americanas durante o final da década de 70 e início da de 80.

## PETRÓLEO

Esse foi um período em que os fundos da OPEP, ao mesmo tempo que declinavam, ainda estavam fluindo para o euromercado e, dessa forma, ajudavam a alimentar o processo de reciclagem. Os representantes de vários bancos norte-americanos na Cidade do México, por exemplo, precisavam ter tido fé suficiente no país para aprovarem empréstimos que totalizassem bilhões de dólares — e os empréstimos continuaram até julho de 1982.

Agora que a casa de balanço ruiu, a questão de provisões de dívida ruim provocou ser delicada. Tome-se, por exemplo, o caso do Bank of America: com exposição de empréstimo revelada de US\$ 2,5 bilhões ao México, US\$ 2,3 bilhões ao Brasil e US\$ 2 bilhões à Venezuela, o Bank of America atingiu exposição em apenas três países, que representa 148% de seu capital acionário de US\$ 4,57 bilhões. E a proporção da exposição problemática do Bank of America à base de capital não é, de forma alguma, a coisa mais preocupante dos principais bancos norte-americanos.

A reserva de provisão de dívidas ruins do Bank of America permaneceu em US\$ 670 milhões no final de 1982. Em linha com outros importantes bancos norte-americanos e britânicos, ele aumentou significativamente suas provisões de dívidas ruins de 1982. Mas os bancos foram longe o suficiente?

## PREOCUPAÇÃO

Pergunte a qualquer executivo bancário se suas provisões são adequadas e ele invariavelmente dirá que são. Ele pode acrescentar, contudo, com um olhar de preocupação e sarcasmo: "Mas não estou tão certo se meus amigos no banco proporcionaram bastante. Por que não perguntar a eles?"

Essa atitude de "eu não" de muitos bancos precisa pelo menos provocar dúvida. Enquanto se pode argumentar que os problemas de dívida não são tão ruins como parecem e o dinheiro eventualmente será retirado, isso de alguma forma foge ao problema. Porque a realidade da situação é que numerosos bancos enfrentam o principal que emprestaram, empurrado muitos anos à frente; isto limita a flexibilidade de empréstimos e distorce o papel dos bancos na economia.